

CÓDIGO CONTRIBUTIVO SEGURANÇA SOCIAL TRABALHADORES INDEPENDENTES



NOÇÃO

O Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (Lei n.º 110/2009), apesar de ter sido **publicado em Setembro de 2010**, teve a sua **entrada em vigor adiada para 1 de Janeiro de 2011**, pela Lei 119/2009 de 30 de Dezembro. A Lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011) introduziu alterações à Lei inicial, e o Decreto-Regulamentar n.º 1-A/2011 do passado dia 3 de Janeiro, que regulamentou alguns aspectos da legislação.

Um dos **objectivos principais deste Código** prendeu-se com a **aproximação das regras de incidência das contribuições para Segurança Social com as do IRS**. No caso específico dos **trabalhadores independentes**, as **contribuições a pagar à Segurança Social** serão calculadas **tendo por base os valores dos lucros fiscais**.



NOVAS DEFINIÇÕES

RENDIMENTO RELEVANTE

Regime Simplificado

Ao tipo de rendimentos obtidos aplica-se a taxa de **20%** no caso **de venda de mercadorias e produtos fabricados**, e **70%** no caso **das prestações de serviços**, tal como acontece com a determinação do rendimento para efeitos de IRS (regra geral).

Esse resultado é denominado de **Rendimento Relevante**.

Regime de Contabilidade Organizada

Se o **lucro para efeitos fiscais** (diferença entre rendimentos e gastos, mais regularizações fiscais) for **inferior** ao valor resultante dos critérios acima descritos, será este o valor a considerar como **Rendimento Relevante**, tendo como **limite mínimo o correspondente ao 2º escalão de rendimentos**, actualmente **628,83€ (1,5xIAS)**.

BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA

A Base de Incidência Contributiva resulta da divisão do Rendimento Relevante por 12, e do seu **enquadramento no escalão imediatamente inferior** de remunerações que tem por base o IAS (Indexante de Apoios Sociais).

ENTIDADE CONTRATANTE

Entidades / empresas com actividade empresarial que no mesmo ano civil beneficiem de **80% ou mais** do total do volume de negócios de trabalhador independente. Será paga no ano seguinte uma **taxa adicional de 5%** sobre o valor dos serviços prestados, a qual será comunicada pela Segurança Social.

CÓDIGO CONTRIBUTIVO SEGURANÇA SOCIAL
TRABALHADORES INDEPENDENTES



DATAS LIMITE DE PAGAMENTO - TRABALHADOR INDEPENDENTE

A partir 1 de Fevereiro de 2011 – até ao dia 20 do mês seguinte a que respeita



TAXAS - TRABALHADOR INDEPENDENTE

A partir 1 de Janeiro de 2011 teremos apenas **uma taxa** geral de **29,6%**, para a generalidade dos trabalhadores independentes que **abrange a cobertura de doença** (factor diferenciador das taxas dos anos anteriores). O 1º escalão passa a ser novamente considerado para trabalhadores independentes enquadrados no regime simplificado de IRS - 419,22€ (1xIAS).



VALORES A PAGAR A PARTIR DE FEVEREIRO ATÉ OUTUBRO DE 2011

Uma vez que o enquadramento neste novo regime só será efectuado pela Segurança Social no próximo mês de Outubro, até essa data **as contribuições a pagar serão calculadas com base no escalão enquadrado actualmente, apenas com a actualização da taxa.**

Escalão	Remunerações Convencionais em % do IAS	Remunerações Convencionais (IAS 419,22€)	Valores a Pagar (Taxa 29,6%)
1º	100	419,22 €	124,09 €
2º	150	628,83 €	186,13 €
3º	200	838,44 €	248,18 €
4º	250	1.048,05 €	310,22 €
5º	300	1.257,66 €	372,27 €
6º	400	1.676,88 €	496,36 €
7º	500	2.096,10 €	620,45 €
8º	600	2.515,32 €	744,53 €
9º	800	3.353,76 €	992,71 €
10º	1000	4.192,20 €	1.240,89 €
11º	1200	5.030,64 €	1.489,07 €

CÓDIGO CONTRIBUTIVO SEGURANÇA SOCIAL
TRABALHADORES INDEPENDENTES



VALORES A PAGAR A PARTIR OUTUBRO DE 2011

Atendendo ao **regime transitório para 2011** a **alteração de escalão** só poderá ser efectuada para o **imediatamente superior ao actual**.

Exemplo: se um trabalhador independente está **enquadrado no 2º escalão**, mesmo que pelo seu rendimento relevante de 2010 fosse enquadrado no 5º escalão, **efectivamente será enquadrado no 3º escalão a que corresponde uma contribuição de 248,18€**



EXEMPLO DE ENQUADRAMENTOS FUTUROS

Prestação de Serviços	Taxa para efeitos IRS	Rendimento Relevante	Duodécimo	Escalão a Enquadrar	Valor Mensal de Contribuição
25.000 €	70%	17.500 €	1.458 €	4º	310,22 €
50.000 €	70%	35.000 €	2.917 €	7º	620,45 €
75.000 €	70%	52.500 €	4.375 €	9º	992,71 €
100.000 €	70%	70.000 €	5.833 €	10º	1.240,89 €

Vendas de Mercadorias e Vendas de Produtos Fabricados	Taxa para efeitos IRS	Rendimento Relevante	Duodécimo	Escalão a Enquadrar	Valor Mensal de Contribuição
50.000 €	20%	10.000 €	833 €	1º	124,09 €
75.000 €	20%	15.000 €	1.250 €	3ª	248,18 €
100.000 €	20%	20.000 €	1.667 €	4º	310,22 €

Estes são exemplos genéricos em que o **regime transitório**, não foi contemplado, atendendo a que a **sua aplicação depende** de cada **situação em particular**.

CÓDIGO CONTRIBUTIVO SEGURANÇA SOCIAL
TRABALHADORES INDEPENDENTES
CONTRA-ORDENAÇÕES


Contra-Ordenações	Código Contributivo	Tipo	Tipo
Falsas declarações	Art. 22º		Muito Grave
Falta de declaração de serviços prestados pelo trabalhador independente	Art.152º	Leve - 30 dias após o termo do prazo	Grave - demais situações
Falta de declaração de serviços adquiridos pelas entidades contratantes	Art.153º	Leve - 30 dias após o termo do prazo	Grave - demais situações
Falta ou atraso no pagamento das contribuições	Art.155º	Leve - 30 dias após o termo do prazo	Grave - demais situações
Acumulação de prestações com o exercício de actividade remunerada, contrariando disposição legal específica	Art.230º		Muito Grave
Falta de apresentação de declaração ou de outros documentos legalmente exigidos, não especialmente punida	Art.231º	Leve	

COIMAS


Tipo de Infração		Pessoa Singular	Pessoa Colectiva	
			Até 50 trab.	50 trab. ou mais
Leve	Negligência	50 a 250€	75 a 375€	100 a 500€
	Dolo (com intenção)	100 a 500€	150 a 750€	200 a 1000€
Grave	Negligência	300 a 1200€	450 a 1800€	600 a 2400€
	Dolo (com intenção)	600 a 2400€	900 a 3600€	1200 a 4800€
Muito Grave	Negligência	1250 a 6250€	1875 a 9375€	2500 a 12500€
	Dolo (com intenção)	2500 a 12500€	3750 a 18750€	5000 a 25000€

CÓDIGO CONTRIBUTIVO SEGURANÇA SOCIAL
TRABALHADORES INDEPENDENTES



ALERTA - DECLARAÇÃO DO VALOR DA ACTIVIDADE

Até dia 15 de Fevereiro de cada ano, terá que ser entregue uma declaração via electrónica à Segurança Social com os seguintes dados relativos ao ano anterior:

- Valor Total das Vendas Realizadas
- Valor Total das Prestações de Serviços a Particulares
- Valor Total das Prestações de Serviços a Pessoas Colectivas ou Individuais com actividade empresarial, discriminando o NISS E NIF de cada entidade.

(Esta obrigação terá início em 2012 relativa a dados de 2011, conforme Informação disponível no “Guia Prático – Inscrição, Alteração e Cessação de Actividade de Trabalhador Independente” versão (1002 – v5.3) de 12 de Janeiro).



NOTA

As alterações ao regime de contribuições são aqui apresentadas de forma genérica no sentido de informar acerca dos aspectos mais significativos.

Existem, ainda, enquadramentos que se prendem com situações muito específicas e que exigem tratamento individualizado.

Alertamos para o facto de subsistirem dúvidas que ainda não foram esclarecidas por parte da Segurança Social.

Estaremos atentos para continuarmos a apoiá-lo.



LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social – Lei n.º 110/2009 de 16 de Setembro;
- Lei n.º 119/2009 de 30 de Dezembro;
- Orçamento de Estado para 2011 – Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro;
- Decreto - Regulamentar n.º 1-A/2011 de 3 de Janeiro.

NOTA: A informação contida neste folheto informativo não tem carácter vinculativo, pelo que, no caso de qualquer dúvida não hesite em contactar-nos.